

ROSA LUXEMBURGO: ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E MERCADOS EXTERNOS

1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

a. Introdução

Uma das mais conhecidas tentativas de desenvolver — isto é, ampliar e aprofundar — a teoria marxista da acumulação foi feita por Rosa Luxemburgo em seu livro A Acumulação de Capital, publicado originalmente em alemão em 1913. Vamos apresentar aqui um resumo desta obra, procurando acompanhar a ordem de exposição da própria autora, e, em seguida, tentaremos formular sucintamente uma crítica ao modo como Rosa Luxemburgo coloca o problema da acumulação e ao modo como ela o resolve. (1)

Antes, porém, de começar nosso resumo, é conveniente chamar a atenção para o fato de que as primeiras edições da Acumulação de Capital tinham o seguinte sub-título: Contribuição à Explicação Econômica do Imperialismo. E no curto prefácio da primeira edição Rosa Luxemburgo expressava a esperança de que "a presente obra poderá ter, à parte seu interesse puramente teórico, uma certa importância para nossa luta prática contra o imperialismo". (2)

Não pretendemos tratar aqui do problema do imperialismo na obra de Rosa Luxemburgo. (3) Queremos apenas assinalar que seu

(1) Os trechos aqui reproduzidos do livro de Rosa Luxemburgo foram traduzidos da edição inglesa: The Accumulation of Capital (Londres, Routledge and Kegan Paul, 1951), à qual nos referiremos abreviadamente como Accumulation.

(2) Traduzido da edição polonesa: Akumulacja Kapitału (Varsóvia, P.W.N., 1963). A edição inglesa não contém este prefácio.

(3) A respeito deste problema, veja-se Tadeusz Kowalik, "R. Luxemburg's Theory of Accumulation and Imperialism", em Problems of Economic Dynamics and Planning — Essays in Honour of Michal Kalecki (Varsóvia, P.W.N., 1964).

livro, embora voltado inteiramente para a análise do processo de acumulação de capital, pretendia também explicar as bases econômicas do imperialismo. E isto porque, para a autora, as bases econômicas do imperialismo se encontrariam no próprio processo de acumulação de capital. (No fim do presente capítulo voltaremos a este assunto.)

b. A "Terceira Parte" da Mais-Valia

O livro se inicia (capítulo 1) pelo exame do problema da reprodução nas economias capitalistas, com base na teoria de Marx. Depois de fazer uma incursão pelas teorias fisiocrática e clássica (cap. 2 e 3), para mostrar que nem Quesnay nem Adam Smith resolveram corretamente este problema, Rosa Luxemburgo chega (cap. 4 a 7) aos esquemas de reprodução simples e de reprodução ampliada de Marx.

Muitas páginas são dedicadas à exposição e ao exame do exemplo numérico do esquema de reprodução ampliada apresentado por Marx no capítulo 21 do vol. II do Capital. Embora Rosa Luxemburgo reconheça que as concepções de Marx acerca da acumulação de capital se estendem por todos os três volumes do Capital, ela passa a tratar o esquema de reprodução ampliada como se fosse a teoria da acumulação de Marx. E aqui surge, para ela, a questão central: o esquema de reprodução ampliada mostra as condições materiais necessárias para que haja acumulação, mas estas condições não são suficientes, ou seja, falta demonstrar a existência de uma demanda crescente para absorver a produção crescente resultante da acumulação de capital:

As condições da acumulação por nós enumeradas não são mais do que as condições sem as quais não pode haver acumulação. Pode até mesmo haver também um desejo de acumular em ambos os departamentos, porém o desejo de acumular juntamente com os prerequisites técnicos da acumulação não são suficientes numa economia capitalista produtora de mercadorias. Requer-se uma condição adicional para garantir que a acumulação possa ocorrer

realmente e a produção expandir-se: a demanda efetiva pelas mercadorias também tem de aumentar. De onde deve vir esta sempre crescente demanda, que no esquema de Marx constitui a base da reprodução em escala sempre crescente? Accumulation, cap. 7, p. 131.]

Esta demanda não provém dos trabalhadores de nenhum dos dois departamentos. Os trabalhadores só podem gastar, no máximo, os salários que eles recebem; e ao gastarem seus salários, ao adquirirem bens de consumo, eles estão devolvendo aos capitalistas — sob a forma de pagamento por estes bens — os salários que receberam. Não faz sentido, no sistema capitalista, que a produção seja aumentada apenas para que os trabalhadores consumam mais. Portanto, não é o crescimento do montante de salários na economia como um todo que provoca o crescimento da produção; muito pelo contrário, o montante de salários cresce em função do processo de reprodução ampliada, como resultado da acumulação de capital nos dois departamentos.

A crescente demanda necessária para absorver a crescente produção, para sustentar o processo de reprodução ampliada, deve, portanto, provir dos próprios capitalistas. Mas Rosa Luxemburgo nega que esta seja a solução do problema. Vejamos como ela coloca a questão.

Para ela, e de acordo com o esquema de reprodução ampliada, os capitalistas utilizam a mais-valia para consumo e para acumulação de capital. Com o crescimento da produção, deve aumentar também a parte da mais-valia usada para o consumo pessoal dos capitalistas. Mas este consumo não absorve toda a mais-valia e seu crescimento não é suficiente para sustentar a reprodução ampliada. Neste ponto Rosa Luxemburgo pergunta:

Mas, e a parte restante da mais-valia, a parte que é acumulada? Para quem ela pode ser destinada? De acordo com o esquema de Marx, o Departamento I toma a iniciativa: o processo começa com a produção de meios de produção. E quem requer estes adicionais meios de produção? O esquema explica que o Departamento II necessita deles a fim de produzir bens de consumo em maio-

res quantidades. Mas, então, quem requer estes adicionais bens de consumo? O Departamento I, é claro — responde o esquema —, porque agora este departamento emprega um maior número de trabalhadores. Evidentemente estamos girando em círculos. [Idem, p. 132.]

Cabe observar desde logo que não é o argumento do esquema de reprodução ampliada que gira em círculos, mas sim a economia capitalista, à qual o esquema se aplica — fato este que, por incrível que pareça, Rosa Luxemburgo se recusa a reconhecer. Os capitalistas acumulam capital e, assim fazendo, ampliam a produção; para realizar (vender) a produção ampliada, e, mais especificamente, a maior produção de meios de produção, os capitalistas precisam acumular ainda mais, adquirir maior volume de meios de produção; neste sentido, a economia capitalista gira em círculos, círculos cada vez maiores. Rosa Luxemburgo, porém, acha que isto não pode ser assim, que os capitalistas não podem acumular capital apenas para realizarem uma parte (a parte não consumida) da mais-valia, porque assim fazendo os capitalistas estariam ampliando a produção e agravando cada vez mais o problema — como se não fosse esta a situação real, que se resolve com as crises econômicas.

Para tornar mais claro o problema levantado por Rosa Luxemburgo, consideremos as equações da oferta total e da demanda total apresentadas por Marx no fim do capítulo 4 do vol. II do Capital e de que já tratamos no capítulo anterior do presente trabalho. Como vimos, a oferta total de mercadorias por parte dos capitalistas é igual a $C+V+S$, ao passo que a demanda total dos capitalistas enquanto tais (isto é, enquanto "personificação do capital") é igual a $C+V$, de modo que falta demanda para absorver a parte S (a mais-valia) da oferta. Uma parcela da mais-valia é absorvida, sob a forma de consumo, pelos próprios capitalistas enquanto indivíduos. Mas, e a parcela restante?

Até este ponto o argumento de Rosa Luxemburgo é o mesmo de Marx. A partir daí, porém, ela levanta vôo por conta própria,

e seu raciocínio se torna confuso. Por que — pergunta ela — os capitalistas acumulariam a parte restante da mais-valia? Por que acumular capital apenas para absorver uma parte da mais-valia? Assim agindo os capitalistas estariam apenas postergando e agravando o problema, porque no seguinte circuito de produção a mais-valia total e sua parte não consumida seriam maiores ainda e, portanto, mais dificilmente poderiam ser realizadas.

Assim, para que os capitalistas continuem acumulando, continuem convertendo em capital uma parte de sua mais-valia e, com isto, ampliando a produção, é preciso que haja uma demanda crescente, que possa realizar aquela parte da mais-valia que não é consumida nem acumulada pelos capitalistas. Nestes termos, a mais-valia pode ser dividida em três partes: uma parte é consumida pelos próprios capitalistas enquanto pessoas, enquanto consumidores individuais; uma segunda parte é investida, transformada em capital; e uma terceira parte — segundo Rosa Luxemburgo — deve ser realizada de outro modo, deve ser comprada por outras pessoas. Seria esta terceira parte da mais-valia que justificaria a própria acumulação de capital. Por que os capitalistas acumulam capital e, com isto, ampliam a produção? Até certo ponto porque aumentam seu próprio consumo pessoal; mas, fundamentalmente, porque existe uma demanda por esta terceira parte da mais-valia. Assim, seria a possibilidade de realizar em escala crescente esta terceira parte da mais-valia que levaria os capitalistas a acumularem, a transformarem em capital uma parcela da mais-valia.

Agora, se a crescente demanda não provém dos trabalhadores nem dos capitalistas — os quais, segundo o argumento de Rosa Luxemburgo, não compram toda a mais-valia criada —, então de onde advém esta demanda? Ou seja, quem adquire a terceira parte da mais-valia, aquela parte que não é acumulada nem consumida pelos capitalistas? Ou ainda, em outras palavras, quem são as "tercei-

ras pessoas"⁽⁴⁾, além dos trabalhadores e capitalistas, que adquirem uma parcela da produção total, parcela esta igual à parte da mais-valia não acumulada nem consumida pelos capitalistas?

É esta a questão central levantada por Rosa Luxemburgo em seu livro sobre a Acumulação de Capital. Esta questão é formulada na primeira parte do livro (mais especificamente, no cap. 7) e volta a ser colocada na terceira parte (nos cap. 25 e 26). Mas, é preciso acrescentar, esta questão nem sempre aparece formulada claramente. Vejamos o motivo disto.

Rosa Luxemburgo distingue três formas de mais-valia: a mais-valia criada (produzida), a mais-valia realizada (vendida) e a mais-valia capitalizada (a mais-valia que é convertida em capital). E ela apresenta o problema como se os capitalistas, antes de capitalizarem uma parte de sua mais-valia, precisassem realizá-la — isto é, transformá-la em dinheiro — vendendo-a para outras pessoas que não os próprios capitalistas. Isto é evidente, por exemplo, no seguinte trecho:

O comércio interno capitalista pode, no máximo, realizar apenas certas quantidades do valor contido no produto social: o capital constante que se gastou, o capital variável, e a parte consumida da mais-valia. Mas a parte da mais-valia que é destinada à acumulação tem de ser realizada em outro lugar. [Accumulation, cap. 26, p. 366-367.]

E este modo de colocar o problema já havia aparecido na primeira parte do livro:

Parte da mais-valia é consumida pela própria classe capitalista sob a forma de bens de consumo, sendo que o dinheiro trocado por estes bens é retido no bolso dos capitalistas. Mas, quem pode comprar os produtos que constituem a outra parte, a parte capitalizada da mais-valia? [Idem, cap. 7, p. 133.]

(4) Esta expressão — "terceiras pessoas" —, às vezes usada por Rosa Luxemburgo, foi inicialmente empregada pelo marxista russo Peter von Struve, cuja concepção é criticada no cap. 21 da Acumulação de Capital. Somente no cap. 26 Rosa Luxemburgo introduz seu conceito de "mercados externos" (de que falaremos depois), cujo significado é semelhante ao das "terceiras pessoas".

Neste modo de formular o problema não existem três partes da mais-valia, como apresentamos anteriormente (isto é, a parte consumida pelos capitalistas, a parte acumulada, e a parte vendida às "terceiras pessoas"), mas tão somente duas partes: a parcela consumida pelos capitalistas e a parcela vendida às "terceiras pessoas", sendo que é o dinheiro obtido desta venda que os capitalistas empregam para acumular. Mas este modo de formular o problema está errado. Se imaginamos um sistema onde existem "terceiras pessoas" — como o faz Rosa Luxemburgo —, e não um sistema composto de apenas duas classes — como no de Marx —, e onde estas "terceiras pessoas" adquirem uma parcela de produtos que compõem a mais-valia, então esta mais-valia tem necessariamente de ser constituída das três partes acima referidas.

Suponhamos que a parte acumulada da mais-valia seja exatamente igual à parte vendida às "terceiras pessoas". Isto não significa, contudo, que a mais-valia total se constitua de somente duas parcelas: a consumida pelos capitalistas e a outra parcela, a qual é vendida às "terceiras pessoas". Para Rosa Luxemburgo isto se apresenta assim porque ela raciocina do seguinte modo: é com o dinheiro obtido da venda de uma parte dos produtos integrantes de sua mais-valia às "terceiras pessoas" que os capitalistas acumulam capital, adquirem novos meios de produção, e, portanto, o volume de vendas àquelas "pessoas" é o montante da acumulação de capital são apenas duas faces, ou dois momentos, de um mesmo fato — a venda às "terceiras pessoas" seria a realização de uma parte da mais-valia, e a conversão em capital do dinheiro assim arrecadado seria a capitalização desta mesma parte da mais-valia.

Continuemos a supor — seguindo o raciocínio de Rosa Luxemburgo — que, para acumularem, os capitalistas tenham de vender uma parcela da produção às "terceiras pessoas". Isto não significa, porém, que a parcela acumulada e a parcela vendida àquelas "pessoas" sejam a mesma coisa, constituam uma única parte da mais-

-valia. Depois de venderem às "terceiras pessoas", os capitalistas, para poderem concretizar a acumulação de capital, para converterem seu dinheiro em adicionais meios de produção, precisam adquirir de outros capitalistas estes meios de produção adicionais; logo, existem duas vendas diferentes: venda às "terceiras pessoas" e venda de adicionais meios de produção aos próprios capitalistas; estas duas vendas não são a mesma coisa. Assim, a realização da parte da produção correspondente à mais-valia se dá de três modos diferentes: venda de bens de consumo aos capitalistas, venda de adicionais meios de produção aos capitalistas, e venda de quaisquer produtos (sejam bens de consumo ou meios de produção) às "terceiras pessoas".

Deste modo, para que o problema colocado por Rosa Luxemburgo tenha sentido, é preciso interpretá-lo como o fizemos inicialmente: as "terceiras pessoas" são as compradoras de uma terceira parte do volume de mercadorias que compõem a mais-valia total — além das duas outras partes que correspondem ao consumo dos capitalistas e à acumulação de capital. Assim posto, o problema se apresenta do seguinte modo: como a parte da mais-valia consumida pelos capitalistas é relativamente estável, e como os capitalistas não acumulam capital apenas para acumular, então a parte acumulada da mais-valia vai depender da parte da mais-valia vendida às "terceiras pessoas". Ou seja, é a demanda proveniente destas "pessoas" que estimula os capitalistas a acumularem.

c. Sub-Consumo ou Deficiência da Demanda?

Antes de prosseguirmos com o resumo da Acumulação de Capital, é conveniente fazer uma parada para esclarecer uma questão e, deste modo, delimitar mais claramente o problema formulado por Rosa Luxemburgo.

Não é raro encontrarmos sua teoria da acumulação classificada

como "sub-consumista".⁽⁵⁾ Esta é uma interpretação muito específica (e, em nosso entender, errada) do problema formulado por Rosa Luxemburgo. De acordo com esta interpretação, todo o problema — isto é, toda a dificuldade para absorver a crescente produção que acompanha a acumulação de capital — adviria do reduzido crescimento do consumo, seja por parte dos trabalhadores ou seja por parte dos capitalistas. Mas, na verdade, Rosa Luxemburgo deixa bem claro que não se trata exclusivamente de consumo, mas de demanda em geral: tanto demanda por bens de consumo como demanda por meios de produção. Ela chega a acentuar este fato quando escreve:

A realização da mais-valia é, sem dúvida, uma questão vital da acumulação capitalista. Ela requer, como primeira condição — deixando inteiramente de lado, para simplificar, o fundo de consumo dos capitalistas —, a existência de camadas de compradores fora da sociedade capitalista. Compradores, deve-se notar, e não consumidores, visto que a forma material da mais-valia é inteiramente irrelevante para sua realização. [Accumulation, cap. 26, p. 351. Sublinhado por nós.]

E, em seguida, ela examina duas situações diversas: "(1) A produção capitalista fornece bens de consumo além de suas próprias necessidades", e "(2) A produção capitalista fornece meios de produção em excesso de sua própria demanda" (p. 352). E isto novamente evidencia nossa afirmação de que Rosa Luxemburgo coloca o problema em termos de uma insuficiência de demanda em geral, a qual pode manifestar-se com relação tanto aos bens de consumo como aos meios de produção. Ou seja, como procuramos mostrar antes, trata-se de saber de onde provém a demanda necessária para absorver a parte não consumida nem acumulada da mais-valia, não importante se, do ponto de vista material, esta terceira

(5) Como exemplo, por Paul M. Sweezy, The Theory of Capitalist Development (ver cap. 10, §2, e cap. 11, § 8), e por Ernest Mandel, Marxist Economic Theory (ver vol. I, cap. 11). Sweezy chega mesmo a denominar Rosa Luxemburgo de "rainha dos sub-consumistas" (sic).

parte da mais-valia se compõe de bens de consumo e/ou de meios de produção. Assim sendo, não há por que rotular de "sub-consumista" a teoria de Rosa Luxemburgo.

Este rótulo decorre, obviamente, da equivocada interpretação de sua teoria. E esta equivocada interpretação, por seu turno, deriva-se de certas colocações de Rosa Luxemburgo, as quais acentuam a participação da insuficiência do consumo no problema da insuficiência da demanda em geral. Isto se observa, por exemplo, no capítulo 25, quando a autora monta um exemplo numérico do esquema de reprodução ampliada, no qual há uma carência de meios de produção e um excesso de bens de consumo. Mas, em nosso entender, o principal motivo para classificar sua teoria de "sub-consumista" é o mesmo motivo que poderia ser também utilizado (como, na verdade, às vezes ele o é) para interpretar como "sub-consumista" a teoria do próprio Marx; qual seja, a afirmação de Marx, adotada por Rosa Luxemburgo, de que, na sociedade capitalista, há uma contradição entre a crescente capacidade produtiva e os estreitos limites da capacidade de consumo. (Ver as últimas quatro ou cinco páginas do cap. 25 da Acumulação de Capital.)

Esta afirmação se refere aos próprios fundamentos da economia capitalista, sublinhando uma das diversas contradições básicas desta economia, acentuando, mais especificamente, o fato de o capitalismo não ser — para usar os termos de Tugan-Baranovski — um "regime harmônico", no qual a produção deveria ser voltada para a satisfação das necessidades humanas, e sim um "regime antagônico", voltado para a obtenção de lucros por parte dos capitalistas. Neste sentido, enquanto constatação de um princípio geral da economia capitalista, aquela afirmação não pode ser tomada como base para explicar as contradições específicas do processo de acumulação. A concepção acerca da contradição entre a capacidade produtiva e a capacidade de consumo na sociedade capitalista se assemelha, neste caso, à afirmação de Marx de que "o dinheiro

leva sempre junto de si a possibilidade de crise": do mesmo modo como não se pode dizer que, por causa desta afirmação, Marx explica as crises econômicas pela simples existência do dinheiro, também não se pode dizer que, para ele, é particularmente a insuficiência de consumo que trava a expansão da capacidade produtiva, que restringe a acumulação de capital; do mesmo modo como não se pode dizer, por causa de uma afirmação, que Marx tenha uma teoria "monetarista" das crises, também não se pode dizer, por causa da outra afirmação, que ele tenha uma teoria "sub-consumista" da acumulação. E isto se aplica também ao caso de Rosa Luxemburgo. Quando, apoiada em Marx, ela se refere à "inerente contradição entre a limitada capacidade de expansão das forças produtivas e a limitada capacidade de expansão do consumo social em condições de distribuição capitalista" (cap. 25, p. 343), ela está apenas acentuando um aspecto da "inerente contradição entre a produção de mais-valia e sua realização" (p. 345).

Por outro lado, embora Rosa Luxemburgo formule seu problema em termos da demanda como um todo — e não apenas da demanda por bens de consumo —, não se pode também querer fazer dela uma teórica completa da demanda efetiva (na acepção moderna desta expressão) nem muito menos uma "precursora de Keynes".⁽⁶⁾ Mas, é interessante observar, num breve trecho de seu livro ela formula o problema da relação entre poupança e renda dos capitalistas de modo muito semelhante (embora empregando a terminologia marxista) ao dos economistas keynesianos. Introduzindo, no tema da acumula-

(6) Maurice Dobb, comentando (em seu livro On Economic Theory and Socialism, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1955, cap. 16) a edição inglesa da Acumulação de Capital, na qual há uma introdução escrita por Joan Robinson, observa que esta economista tenta "mostrar Rosa Luxemburgo como uma precursora (embora primitiva e, em alguns aspectos, mal orientada) da doutrina Keynesiana" (p. 271). Esta observação nos parece exagerada.

ção de capital, a questão do entesouramento e da formação de reservas monetárias por parte dos capitalistas, ela pergunta:

O congelamento de uma parte da mais-valia, sob forma monetária, nas mãos de certos capitalistas significa que outros capitalistas serão deixados com uma correspondente parte deste sobreproduto em sua forma material? O entesouramento da mais-valia por parte de certos capitalistas implica que outros não mais serão capazes de realizar sua mais-valia, visto que os capitalistas são os únicos compradores de mais-valia? [Accumulation, cap. 25, p. 341-342.] (7)

Mas Rosa Luxemburgo não explora esta linha de raciocínio. Na verdade, ela a interrompe imediatamente depois de formular sua pergunta, dando a seguinte resposta: "Isto significaria, entretanto, que seria interrompido o regular curso da reprodução e, igualmente, da acumulação descrito no esquema."

2. SOLUÇÃO DO PROBLEMA

a. Falsas Soluções

Estabelecida, por Rosa Luxemburgo, a necessidade de intervenção de "terceiras pessoas" para que o processo de reprodução ampliada possa desenvolver-se, ela começa a indagar a respeito destas "pessoas", ou seja, em outras palavras, a respeito da proveniência da crescente demanda para absorver a crescente produção que acompanha a acumulação de capital.

(7) Como curiosidade, compare-se a última parte deste trecho com a seguinte explicação de Joan Robinson a respeito das poupanças que não são investidas e, portanto, desaparecem da renda: "(Estas poupanças) deixaram de existir, porque logo que um homem aumenta sua poupança, ao reduzir seus gastos, as rendas de outros homens caem, e estes poupam menos na medida em que o primeiro poupa mais." (Introduction to the Theory of Employment, Londres, Macmillan, 1956, p. 13.)

Desde logo Rosa Luxemburgo rejeita a idéia de que esta demanda possa provir pura e simplesmente do aumento da população, porque a população como um todo (ou, mais exatamente, a população com poder aquisitivo) se compõe de trabalhadores e capitalistas. Os trabalhadores, embora seu número seja crescente, continuarão a consumir apenas o que recebem como salários, e não é o aumento do montante de salários que estimulará a elevação da produção, mas sim esta que, ao crescer, gerará maior volume de emprego de força de trabalho e, conseqüentemente, maior montante de salários. Por outro lado, o acréscimo da classe capitalista servirá apenas para absorver a parte consumível da mais-valia que aumenta juntamente com a mais-valia total. Assim, o problema persiste: quem comprará a parte não consumida (e, acrescentemos, a parte não acumulada) da mais-valia total?

Marx, ao analisar o processo capitalista de produção, leva em conta apenas duas classes sociais: os trabalhadores e os capitalistas, deixando de lado as camadas sociais intermediárias. Não estaria aí a solução do problema? Não seriam estas camadas sociais que atuam como "terceiras pessoas" no processo de acumulação de capital? Rosa Luxemburgo não aceita este argumento. De acordo com a concepção marxista, estas camadas sociais intermediárias — as quais não participam do processo produtivo — não são geradoras de rendas; suas rendas são derivadas dos lucros dos capitalistas e/ou dos salários dos trabalhadores (sendo os lucros e os salários as duas únicas formas de "renda primária" da sociedade). Portanto, os gastos de consumo destas camadas intermediárias estão incluídos nos gastos de consumo dos capitalistas e dos trabalhadores, posto que seus gastos são efetuados com as rendas que estas camadas recebem dos capitalistas e trabalhadores. Em suma, a solução do problema também não se encontra nestas camadas sociais intermediárias, cuja demanda por mercadorias nada mais é do que uma transferência, para elas, de parte da demanda dos próprios capitalistas e trabalhadores.

Uma outra falsa solução do problema é a do comércio exterior, como se cada país pudesse vender para outro a parte não realizada internamente de sua mais-valia. A análise marxista da reprodução não se refere a cada país capitalista em particular, mas ao sistema capitalista como um todo, e, neste sentido, exclui o comércio exterior. A exportação de mercadorias de um país capitalista para outro nada mais é do que a circulação de mercadorias dentro do sistema capitalista; assim, quando um país capitalista exporta para outro a parte de sua mais-valia não consumida internamente, ele estará resolvendo seu problema particular, mas agravando o problema de realização no outro país, e isto não constitui uma solução no âmbito do sistema capitalista como um todo.

Afastadas estas falsas soluções (aumento da população, camadas intermediárias e comércio exterior) para o problema de quem deve absorver a parte não consumida nem acumulada da mais-valia, Rosa Luxemburgo passa a examinar (cap. 8 e 9) se Marx oferece uma resposta, e conclui pela negativa. E não poderia ser de outro modo, posto que, para Marx, não existia o problema formulado por ela.

Rosa Luxemburgo reclama que Marx encarava o problema apenas pelo ângulo monetário:

A falha na análise de Marx está, em nossa opinião, na mal orientada formulação do problema como mera questão das "fontes de dinheiro", embora o assunto verdadeiro seja a demanda efetiva, o uso dado aos bens, e não a origem do dinheiro que é pago por eles. Accumulation, cap. 9, p. 155.

É bem verdade que não é clara nem inteiramente suficiente a análise feita por Marx do problema da realização da mais-valia. E neste ponto Rosa Luxemburgo tem razão quando ela também reclama pelo fato de Marx ter dado enorme atenção ao erro cometido por Adam Smith (e adotado por Ricardo e outros economistas de seu tempo) de não computar o capital constante no valor da reprodução total, e não ter dedicado igual interesse ao problema da realiza-

ção da mais-valia.⁽⁸⁾ Mas, de qualquer modo, a questão específica levantada por Rosa Luxemburgo não poderia ter sido solucionada por Marx, para quem esta questão não existia. Agora, a prova evidente de que não foi claro nem completo o tratamento dado por Marx ao problema da realização da mais-valia (como foi clara e completa sua explicação a respeito da reposição do capital constante no valor global da produção, pondo fim a um erro de interpretação que vinha desde Adam Smith), é o próprio fato de ter Rosa Luxemburgo formulado o problema a seu modo.

Ela também está certa ao afirmar que Marx tratou o problema da realização da produção como simples questão das "fontes de dinheiro". Ela está certa, neste ponto, quando se refere aos dois últimos capítulos do vol. II do Capital. Nestes capítulos, depois de explicar seus esquemas de reprodução simples e ampliada, Marx passa a preocupar-se com a origem do dinheiro necessário para a circulação das mercadorias dentro de cada departamento e entre os dois departamentos. Marx não coloca o problema de se toda a mais-valia criada, ou apenas uma parte dela, é realizada, e de quem compra a parte da produção correspondente a mais-valia. Mas, a respeito deste segundo ponto, parece-nos evidente que ele considerava serem os próprios capitalistas os compradores desta parte da produção: são os capitalistas que compram e vendem entre si os produtos que eles mesmos consomem ou utilizam para ampliar seu capital constante. Como estas transações são efetuadas por meio do dinheiro (assim como também a compra de força de trabalho, por parte dos capitalistas, e a compra de bens essenciais de consumo, por parte dos trabalhadores), Marx se põe a examinar a

(8) Diz ela: "Marx repetidamente acentuou e enfatizou o fato de que ele considerava a reposição do capital constante no produto social total o problema mais difícil e importante da reprodução. O outro problema, o da acumulação, isto é, da realização da mais-valia para o propósito de capitalização, foi assim empurrado para o lado, de modo que, no fim, Marx quase não tratou dele." (Accumulation, cap. 9, p. 170.)

origem deste dinheiro, o que se torna particularmente importante no caso da reprodução ampliada, quando também deve aumentar o volume de dinheiro em circulação. Assim, o "problema da demanda efetiva", nesta parte da obra de Marx, torna-se apenas um problema monetário, qual seja, o de haver dinheiro suficiente para fazer circular uma produção cada vez maior.

Insatisfeita com o tratamento de Marx, Rosa Luxemburgo passa a examinar as eventuais respostas de outros autores ao problema por ela formulado. A este exame ela dedica toda a segunda parte de seu livro (cap. 10 a 24); mas também nestes autores ela não encontra uma solução satisfatória.

b. Os Mercados Externos

Se a crescente demanda necessária para absorver as crescentes produção e mais-valia não provém dos capitalistas, nem muito menos dos trabalhadores, então, logicamente, ela vem de fora do mundo capitalista, ou seja, dos "mercados externos" -- na expressão de Rosa Luxemburgo. No fim do cap. 26 a autora define seus conceitos de "mercado interno" e "mercado externo":

Neste ponto devemos rever as concepções de mercado interno e externo que foram tão importantes na controvérsia acerca da acumulação. Ambos são vitais para o desenvolvimento capitalista, mas fundamentalmente diferentes, e devem ser concebidos antes em termos de economia social do que em termos de geografia política. Por este prisma, o mercado interno é o mercado capitalista, em que a produção compra seus próprios produtos e supre seus próprios elementos de produção. O mercado externo é o contexto social não capitalista, que absorve os produtos do capitalismo e fornece bens de produção e força de trabalho para a produção capitalista. Assim, do ponto de vista da Economia, a Alemanha e a Inglaterra comerciavam entre si mercadorias principalmente num mercado interno, capitalista, enquanto as trocas entre a indústria alemã e os camponeses alemães são efetuadas num mercado externo, no que se refere ao capital alemão. /Accumulation, cap. 26, p. 366.]

Ou seja, todas as transações efetuadas entre setores capitalistas da economia, mesmo que estes se situem em diferentes países, constituem operações de mercado interno, de mercado capitalista. Por outro lado, todas as transações entre um setor capitalista e um setor não capitalista (como é o caso da agricultura camponesa), mesmo que ambos se localizem dentro de um mesmo país, constituem operações de mercado externo. A fronteira entre "interno" e "externo" não é geográfica e sim sócio-econômica, computando-se como "interno" tudo aquilo que se encerra dentro do sistema capitalista de produção.

Onde se localiza o mercado externo? Na verdade, como Rosa Luxemburgo procura mostrar nos capítulos seguintes, existem diferentes tipos de mercado externo, os quais podem ser agrupados em duas únicas categorias: o mercado externo formado pela "economia natural" e o constituído pelo Governo dos países capitalistas. Este último mercado é por ela identificado principalmente com as compras do Governo para fins militares. O mercado da economia natural (ou pré-capitalista) é composto, em parte, pela economia dos países colonizados e, em sua outra parte, pela agricultura camponesa e pela produção artesanal dos próprios países capitalistas. (Mais adiante voltaremos a falar destas categorias de mercado externo.)

c. Diferentes Funções dos Mercados Externos

Até o capítulo 26 de seu livro, Rosa Luxemburgo está fundamentalmente preocupada com o problema da realização da mais-valia, e seus "mercados externos" servem para absorver a parte não consumida nem acumulada da mais-valia. Neste capítulo, porém, talvez para acentuar a importância destes mercados no processo de acumulação, a autora acrescenta, sem mais nem menos, duas novas funções para eles: fornecer, ao sistema capitalista, "elementos materiais necessários para a expansão da produção" (p. 355), e fornecer

"trabalho vivo que possa ser mobilizado pelo capital para atender suas demandas" (p. 359).

As economias capitalistas não estão em condições (por motivos naturais ou outros) de produzir todos os bens de que necessitam — sejam bens de consumo ou de produção — ou, pelo menos, em condições de produzi-los a preços competitivos com os dos bens produzidos nos mercados externos, os quais passam a ser utilizados, então, como fonte de suprimento destes produtos. Na verdade, entretanto, também nesta questão o recurso aos "mercados externos" é inteiramente dispensável: num mundo dominado completamente pelo sistema capitalista de produção (e, portanto, sem "mercados externos"), toda a questão se resolve pela troca de mercadorias entre os países capitalistas.

Mas entre as duas novas funções atribuídas por Rosa Luxemburgo aos "mercados externos", é a segunda que apresenta maior "inovação", posto que, aí, ela chega a reformular o conceito de exército industrial de reserva de Marx. Segundo ela:

A força de trabalho para este exército é recrutada nos reservatórios sociais fora do domínio do capital (...). Somente a existência de grupos e países não capitalistas pode garantir tal oferta de força de trabalho adicional para a produção capitalista. [Accumulation, cap. 26, p. 361.]

Assim, os capitalistas se utilizariam desta força de trabalho "externa" não apenas para produzirem, nos mercados externos, as mercadorias de que necessitam, mas também para ampliarem seu exército industrial "interno" nos momentos em que isto se torna necessário.

Como estas duas novas funções dos mercados externos não têm grande importância no problema central levantado por Rosa Luxemburgo — que é o problema da realização da mais-valia —, vamos deixá-las de lado.

d. Mercados Externos e Teoria Marxista da Acumulação

Não se pode dizer — segundo nossa autora — que Marx deixou de considerar, no Capital, as diversas funções dos mercados externos no desenvolvimento do processo capitalista de produção. Na parte sobre a acumulação primitiva, no vol. II do Capital, ao tratar da formação do operariado industrial, da expropriação de terra dos camponeses, da gênese do capitalista industrial, da exploração dos países colonizados, Marx mostrou como o mundo não capitalista (o "mercado externo") foi importante para o desenvolvimento do capitalismo. Para Rosa Luxemburgo, contudo, isto que para Marx constituiu apenas a fase histórica da acumulação primitiva — da passagem da economia feudal para a economia capitalista — é o processo usual de funcionamento do capitalismo:

"o capitalismo em sua completa maturidade também depende, em todos os aspectos, das camadas não capitalistas e das organizações sociais existentes ao lado dele" (p. 365).

Segundo Rosa Luxemburgo, Marx complicou consideravelmente o problema da acumulação ao adotar em sua análise teórica, em todos os três volumes do Capital, a hipótese do "universal e exclusivo domínio do modo capitalista de produção" (cap. 26, p. 348). Isto porque, em primeiro lugar, esta hipótese está longe de expressar o mundo real, onde jamais existiu "uma sociedade capitalista auto-suficiente, sob o exclusivo domínio do modo capitalista de produção" (idem). Em segundo lugar, porque, embora podendo ser adotada como um "artifício teórico" em certas circunstâncias (como, por exemplo, para analisar o esquema de reprodução simples, que também expressa uma situação fictícia no capitalismo, ou para estudar o processo de acumulação individual), esta hipótese — ao excluir a possibilidade de existência de mercados externos — elimina a solução do problema.

Para nossa autora, o erro de Marx ao manter esta hipótese em seu esquema de reprodução ampliada se explica, em parte, pelo fato de ele não ter podido concluir sua análise. Ou seja, para

dizer de modo mais direto: se Marx tivesse tido tempo para desenvolver inteiramente sua teoria da acumulação do capital social, ele teria abandonado aquela hipótese e chegado à solução encontrada por Rosa Luxemburgo, que -- ainda segundo a própria autora -- está "em harmonia com outras partes da doutrina de Marx e com a experiência histórica e a prática diária do capitalismo" (p. 351). Apresentada deste modo, a teoria de Rosa Luxemburgo seria nada menos do que a versão completa da teoria marxista da acumulação.

A crítica de Rosa Luxemburgo ao esquema de reprodução ampliada não significa, todavia, que ela considere este esquema como sendo inteiramente desprovido de sentido histórico. No fim do capítulo 29 ela apresenta uma breve e engenhosa interpretação deste esquema. Segundo ela, o esquema de reprodução simples pode ser teoricamente tomado como o ponto de partida da acumulação capitalista, e o esquema de reprodução ampliada seria seu ponto de chegada, isto é, "representa apenas a tendência histórica do movimento de acumulação e sua conclusão lógica" (p. 417). A economia capitalista tende a penetrar e estabelecer seu domínio em todos os setores de atividade e em todos os países que em determinado momento constituem seus "mercados externos"; a economia capitalista, estendendo-se por estas áreas, tende a impor o domínio exclusivo e universal do modo capitalista de produção. Logo, somente nesta fase final o esquema de reprodução ampliada, nas condições formuladas por Marx, corresponderia a uma situação histórica concreta. E esta seria a fase final do capitalismo porque, sem os mercados externos, o processo de acumulação se estanca, "a realização e a capitalização da mais-valia se tornam impossíveis" (p. 417), e o capitalismo tende naturalmente a perecer. (9) A teoria da acumulação de Rosa Luxemburgo se situaria,

(9) É interessante observar que, para Rosa Luxemburgo, o fim do processo de acumulação gera o colapso do próprio sistema capitalista e não apenas o "Estado estacionário" imaginado por outros autores, no qual o capitalismo voltaria a funcionar de acordo com o esquema de reprodução simples.

portanto, entre o esquema de reprodução simples e o esquema de reprodução ampliada, ou melhor, seria válida para o período histórico que vai do ponto de partida do capitalismo até sua fase final. Como diz a autora:

O esquema de reprodução ampliada de Marx não se conforma às condições de acumulação em seu processo real. A acumulação progressiva não pode ser reduzida às interrelações e interdependências estáticas entre os dois grandes departamentos da produção social (...). A acumulação é mais do que uma relação interna entre os ramos da economia capitalista; ela é, antes de tudo, uma relação entre o capital e um contexto não capitalista (...). O esquema de acumulação de Marx é apenas o reflexo teórico do preciso momento em que o domínio do capital atinge seus limites, e, neste sentido, não é menos ficção do que seu esquema de reprodução simples, o qual apresenta a formulação teórica do ponto de partida da acumulação capitalista. A definição precisa da acumulação capitalista e de suas leis se situa em algum lugar entre estas duas ficções. Accumulation, cap. 29, p. 417-418.7

3. CONQUISTA E AMPLIAÇÃO DE MERCADOS EXTERNOS

Depois de explicar, em linhas gerais, as funções dos mercados externos no processo de acumulação (cap. 26), Rosa Luxemburgo dedica os capítulos restantes (cap. 27 a 32) de seu livro a examinar as relações históricas concretas entre as economias capitalistas e estes mercados. Esta parte de sua obra é extremamente rica em informações factuais e por isto pode ser aproveitada independentemente das conclusões teóricas delas extraídas pela autora; no presente trabalho, contudo, estamos interessados unicamente nestas conclusões teóricas, e, ainda mais especificamente, nas conclusões relativas ao problema da realização da mais-valia.

Embora Rosa Luxemburgo não apresente uma tipologia de seus mercados externos, podemos (como fizemos antes) classificá-los em duas únicas categorias: os mercados constituídos pelas "economias naturais" ou pré-capitalistas, que coexistem historicamente com as economias capitalistas e que abrangem tanto os

países colonizados como uma parte da economia de países onde predomina o sistema capitalista de produção; e os mercados constituídos pelas atividades governamentais nas economias capitalistas. Esta distinção entre os dois tipos de mercado externo é necessária porque eles apresentam problemas diferentes. A autora analisa principalmente o primeiro tipo (cap. 27 a 31), dedicando ao segundo apenas um capítulo (cap. 32), onde ela se concentra numa única forma de atividade governamental: o militarismo.

Os argumentos de Rosa Luxemburgo ao longo destes capítulos não são muito claros nem precisos. Todavia, colocando-os em relação ao problema teórico central por ela formulado em capítulos anteriores, temos que ela pretende apenas demonstrar -- recorrendo a exemplos da história do capitalismo -- como os mercados externos absorvem a "terceira parte" da mais-valia (a parte não consumida nem acumulada dentro das economias capitalistas), ou seja, como o crescente volume de vendas para estes mercados externos estimula -- e, mais do que isto, torna possível -- a acumulação nas economias capitalistas. E, para demonstrar isto, ela apresenta o problema por outro prisma: o de como as economias capitalistas lutam pela conquista e ampliação destes mercados para seus produtos.

a. A Luta contra a Economia Natural

Comecemos pelo caso do primeiro tipo de mercado externo. Se, no problema específico da realização, as economias naturais ou pré-capitalistas constituem um mercado potencial para absorver uma parcela da produção capitalista, a crescente acumulação de capital exige a abertura e a ampliação efetivas do mercado destas economias para os produtos capitalistas. As economias pré-capitalistas (quaisquer que sejam suas formas históricas, como a escravidão, o feudalismo, a economia camponesa patriarcal, mencionadas pela autora) formam apenas um mercado potencial para aqueles produtos, porque são economias fechadas, onde o comércio de mercadorias (principalmente o comércio com outras regiões) é extremamente

limitado. Assim, para converter este mercado potencial em mercado real para seus produtos, o capitalismo precisa destruir estas economias: "o capitalismo precisa sempre e em qualquer lugar travar uma batalha de aniquilamento contra qualquer forma histórica de economia natural que ele encontra" (cap. 27, p. 369). Os métodos de luta do capitalismo são os mais diversos: força política e militar (revolução, guerra), tributação opressiva, concorrência comercial, etc. Nos capítulos 27 a 29 Rosa Luxemburgo descreve muitos exemplos históricos da brutalidade desta luta.

Mas de nada adianta destruir pura e simplesmente a economia natural; é preciso convertê-la em economia mercantil, compradora de produtos do capitalismo. A transformação da economia natural, auto-suficiente, em economia especializada na produção de uns poucos tipos de bens, força-a a ampliar seu comércio, a depender de produtos do mundo capitalista. E neste processo de transformação da economia natural em economia mercantil, é muitas vezes vital a introdução de modernos meios de transporte e de comunicação — o que, diga-se de passagem, constitui também um modo de o capitalismo realizar, neste mercado externo, uma parte de sua produção.

Um dos aspectos — ou uma fase — da luta do capitalismo contra a economia natural consiste em separar da agricultura as atividades manufatureiras. Historicamente, muitas indústrias constituem uma parte integrante da economia rural, uma continuação ou complementação da agricultura. Cabe ao capitalismo separar estas atividades, reduzir a economia rural apenas à agricultura, assumindo para si a esfera industrial e, assim, obrigando este mercado a adquirir seus produtos.

De acordo com Rosa Luxemburgo, da luta do capitalismo contra a economia natural resulta, em geral, a seguinte ordem de acontecimentos: a economia natural é substituída pela economia mercantil, a qual, por seu turno, cede seu lugar para a economia capitalista. A batalha do capitalismo pela conquista de novos merca-

cados externos -- para poder continuar a expandir sua produção, seu capital -- acaba, assim, por ampliar a esfera do mundo capitalista. E quanto mais esta esfera se amplia e, conseqüentemente, mais reduzida se torna a possibilidade de abertura de novos mercados externos, mais próximo encontra-se o capitalismo de seu fim. Neste sentido, o capitalismo seria um sistema autofágico.

Na luta pela conquista ou preservação de seus mercados externos, o capitalismo recorre também a certos instrumentos econômicos específicos -- como os empréstimos internacionais e as tarifas restritivas de comércio exterior, que recebem de Rosa Luxemburgo um tratamento em separado (cap. 30 e 31). Vejamos como ela explica o emprego destes instrumentos.

A doutrina do livre comércio (cuja principal expressão teórica era a escola de Manchester, seguidora de Ricardo, e que, na prática, foi adotada durante algum tempo, na segunda metade do século XIX, pelos principais países industriais da Europa) representava a expressão dos interesses capitalistas na fase de conquista -- como colônias ou como simples áreas de influência -- das diferentes regiões do mundo não capitalista. Na medida, contudo, em que as potências capitalistas foram constituindo seus "impérios" mundiais, elas voltaram às práticas protecionistas de comércio exterior, para impedir que suas "possessões" mudassem de mãos e, assim, para resguardar seus mercados externos. Portanto, segundo a autora, a política protecionista nos tempos modernos corresponde à fase imperialista da acumulação de capital, quando as grandes potências "competem pelo que ainda permanece aberto do mundo não capitalista" (cap. 31, p. 446).

Também a política de empréstimos internacionais é uma característica da fase imperialista. Estes empréstimos ocorrem em todas as fases históricas da acumulação, mas somente na fase imperialista eles têm um papel de destaque na conquista e manutenção dos mercados externos. Nem todas as partes do mundo não capitalista podem ser convertidas em "possessões" das grandes potências;

existem países que pretendem manter sua independência política e promover seu desenvolvimento capitalista. Para penetrar nestes países, para fazer deles um mercado para seus produtos, as grandes potências concedem-lhes empréstimos (na verdade, não se trata apenas de empréstimos mas também de investimentos diretos). Com o dinheiro assim obtido, estes países podem comprar produtos capitalistas e, deste modo, absorver uma parte da mais-valia. Este processo é semelhante à situação em que os capitalistas compram suas próprias mercadorias, com a diferença de que estas mercadorias não permanecem com eles, mas sim em mercados externos. Mas este processo tem também seu caráter contraditória: o objetivo dos empréstimos internacionais, por parte das potências capitalistas, é o de ampliar seus mercados, o que efetivamente acontece por ocasião dos empréstimos (e desde que estes sejam usados para a compra de produtos capitalistas); na medida, porém, em que sejam empregados para promover o desenvolvimento capitalista dos países devedores (por exemplo, para a compra de máquinas e outros equipamentos produtivos), estes empréstimos acabam por criar novos competidores para as velhas potências e, com isto, reduzir suas alternativas de mercado externo.

b. Estado e Militarismo

De acordo com Rosa Luxemburgo, o militarismo tem duas precisas funções no processo de acumulação. A primeira é a de conquistar e manter mercados externos, os mercados das áreas não capitalistas; e nisto o militarismo é apenas um instrumento da luta contra a economia natural. Sua segunda função é a de constituir, ele mesmo, um mercado externo:

Do ponto de vista puramente econômico, ele é um proeminente meio para a realização da mais-valia; é, em si mesmo, uma esfera da acumulação. Accumulation, cap. 32, p. 454.

É para este aspecto do militarismo que a autora volta sua atenção no último capítulo do livro.

No decorrer de toda sua análise desta questão, Rosa Luxemburgo adota a suposição de que os capitalistas não pagam impostos, ou, pelo menos, de que estes impostos são insignificantes; isto se justificaria, em sua análise, pelo fato de ela considerar o Estado como uma instituição sob controle dos próprios capitalistas. E ela se refere sempre a impostos indiretos, mas a inclusão dos impostos diretos em nada alteraria as conclusões de sua análise.

Ao iniciar sua argumentação, ela considera a hipótese de toda a arrecadação dos impostos, incidentes sob os trabalhadores, ser utilizada exclusivamente para o pagamento de funcionários do Estado. Neste caso, haveria apenas uma transferência de renda (e de consumo) dos trabalhadores para os funcionários, e isto não ajuda a resolver o problema da realização da mais-valia, que é o problema central. Ela acha, porém, que a situação se modifica fundamentalmente quando a arrecadação dos impostos é usada pelo Estado para custear suas despesas materiais com o militarismo, com a produção de armamentos. Ela não explica porque leva em conta unicamente este tipo de despesa, e não todas as despesas materiais do Estado -- o que, para o problema central levantado por ela, seria a mesma coisa.

Para examinar o militarismo como um mercado externo específico -- ou, segundo suas palavras, como uma "esfera da acumulação"--, ela separa a questão em duas partes: na primeira, todos os impostos empregados para custear o militarismo incidem sobre os trabalhadores; na segunda, incidem sobre os camponeses, artesãos e outras classes da população que não são capitalistas nem operárias.

Na medida em que os impostos incidem sobre os salários, há uma transferência para o Estado de uma parte do poder de compra dos trabalhadores. Agora, supõe-se que o Estado empregue estes recursos não mais para pagamento de seus funcionários, mas sim para a compra de "um tipo especial de produto": os armamentos. Isto supõe, por outro lado, a existência de um setor específico de pro-

dução de armas. A demanda por armas "constitui um novo mercado".

Rosa Luxemburgo tenta demonstrar que este novo mercado é uma vantagem para os capitalistas, é "uma nova oportunidade para a acumulação". Sua tentativa é bastante confusa, mas parece resumir-se no seguinte argumento: o corte de salários -- através dos impostos -- corresponde a um aumento real de lucro dos capitalistas. Trata-se de um aumento real, e não apenas potencial, porque todo o volume de impostos é usado pelo Estado para a compra de armamentos. Do ponto de vista do capitalista, este corte de salários corresponde a um montante de vendas (de armas) para o Estado, isto é, a um acréscimo de sua mais-valia, sendo que esta mais-valia adicional tem uma realização garantida: a venda de armas para o Estado. Mas, quando ocorre um corte de salários, isto significa uma redução no volume de vendas de bens de consumo para os trabalhadores; logo, o aumento de lucros resultante da venda de armas não é negativamente afetado pela diminuição de lucros decorrente da redução de venda de bens de consumo? Rosa Luxemburgo responde do seguinte modo:

A subsequente restrição da produção de meios de subsistência não representa uma perda de mercados para o capital como um todo, mas antes uma poupança nos custos de produção da mais-valia. A mais-valia jamais é realizada pela produção de meios de subsistência para os trabalhadores -- não importando quão necessários estes possam ser, como reprodução do trabalho vivo, para a produção da mais-valia. Accumulation, cap. 32, p. 461.

Este argumento é repetido de outra maneira. Para expô-lo, a autora adota a hipótese de que os trabalhadores possam ser separados em três categorias, de acordo com os três elementos integrantes do valor da produção (C, V e S): os trabalhadores que produzem o capital constante total, os que produzem meios de subsistência para todos os trabalhadores, e os que produzem toda a mais-valia para os capitalistas. Assim, conclui ela:

Se, então, o consumo dos trabalhadores é diminuído, somente os trabalhadores da segunda categoria perderão seus empregos. Por hipótese, estes trabalhadores jamais criaram mais-valia para o capital e, conseqüentemente, sua demissão não é -- do ponto de vista do capitalista -- uma perda, e sim um ganho, posto que diminui o custo de produzir a mais-valia. Idem, p. 463.]

Na verdade, o argumento de Rosa Luxemburgo não demonstra constituir o militarismo uma "esfera da acumulação", uma forma adicional de realização da mais-valia, um tipo particular de "mercado externo". Seu argumento demonstra apenas a ocorrência, pelo mecanismo por ela descrito, de uma transferência de lucro do setor produtor de bens de consumo para o setor produtor de armas. Para atingir seu objetivo, a autora teria de alterar substancialmente seu argumento. (A este assunto voltaremos no fim deste capítulo e também quando tratarmos da obra de Kalecki.)

Vejamos agora o caso em que os impostos incidem sobre os camponeses (além de outras classes sociais que não a capitalista nem a dos trabalhadores). É preciso lembrar, desde logo, que a economia camponesa por si mesma já constitui, de acordo com a autora, um tipo de mercado externo potencial. Assim sendo, o militarismo -- ou, para sermos mais exatos, diríamos a política tributária do Estado -- serve apenas para transformar em real este mercado externo potencial. De que modo isto é feito? Rosa Luxemburgo menciona três elementos deste mecanismo: 1º) a pressão dos impostos obriga os camponeses a vender seus produtos, a ingressar na economia mercantil, e, portanto, também a comprar mercadorias dos capitalistas; 2º) os impostos servem para arrecadar dos camponeses uma parte de suas rendas que seria poupada, isto é, não gasta na compra de mercadorias; 3º) a atomizada e dispersa demanda por mercadorias, da parte dos camponeses, é substituída -- ao se transferir uma parte de suas rendas para o Estado -- por uma demanda global e uniforme do Estado.

Dentre estes elementos, o segundo e o terceiro merecem destaque. No segundo, é evidente que Rosa Luxemburgo -- embora só tra-

tando dos camponeses e não explorando devidamente o assunto - reconhece ser a poupança uma restrição à realização da mais-valia e ao próprio nível da produção. Quanto ao terceiro elemento, ela fala da vantagem, para o capitalismo, de poder contar com um mercado organizado, submetido diretamente a seu controle. Sua observação a respeito deste assunto é muito interessante e deve ser reproduzida com suas próprias palavras:

Sob a forma de contratos governamentais para suprimentos de armas, o disperso poder de compra dos consumidores é concentrado em grandes quantidades e, livre dos caprichos e flutuações subjetivas do consumo pessoal, alcança uma quase automática regularidade e um crescimento rítmico. O próprio capital controla este movimento automático e rítmico da produção militarista através da legislatura e da imprensa, cuja função é moldar a assim chamada "opinião pública". Esta é a razão por que esta particular esfera da acumulação capitalista parece, a princípio, capaz de infinita expansão. Todas as outras tentativas de expandir os mercados e estabelecer bases operacionais para o capital dependem grandemente de fatores históricos, sociais e políticos além do controle do capital, enquanto a produção para o militarismo representa uma esfera cuja expansão regular e progressiva parece ser determinada pelo próprio capital. /Accumulation, cap. 32, p. 466./

c. Nota acerca da Concepção de Imperialismo

Como dissemos no início do presente capítulo, Rosa Luxemburgo esperava que seu livro servisse também para esclarecer o problema do imperialismo. Mas não se pode dizer que ela tenha procurado formular uma teoria do imperialismo. Suas concepções teóricas a respeito deste problema são apresentadas apenas como breves observações feitas no decorrer do livro. Por exemplo, os trusts e cartéis - que têm importante papel na teoria do imperialismo de outros autores - são mencionados somente numa curta nota de pé de página no último capítulo:

Estaria fora do escopo da presente obra o tratamento dos cartéis e trusts como fenômenos específicos da fase imperialista. Eles decorrem da luta competitiva interna dos grupos capitalistas individuais pelo monopólio das existentes esferas de acuma-

lação e pela distribuição dos lucros. /Accumulation, cap. 32, p. 457, n./

E o que ela diz explicitamente a respeito do imperialismo como fase histórica específica do processo de acumulação capitalista se resume a duas frases, uma no início do cap. 30 e outra no começo do cap. 31:

A fase imperialista da acumulação capitalista, que implica a competição universal, compreende a industrialização e a emancipação do hinterland onde o capital anteriormente realizava sua mais-valia. Características desta fase são: empréstimos externos, construções ferroviárias, revoluções e guerras.

/Idem, cap. 30, p. 419./

O imperialismo é a expressão política da acumulação de capital na sua luta competitiva pelo que ainda permanece aberto do mundo não capitalista. /Ibidem, cap. 31, p. 446./

Baseando-nos unicamente no livro sobre a Acumulação de Capital, podemos dizer que Rosa Luxemburgo apresenta da seguinte maneira o problema do imperialismo. O processo de acumulação capitalista requer, desde o princípio, a existência de mercados externos onde deve ser realizada uma parte da mais-valia. Assim, desde suas origens, o capitalismo luta pela conquista de novos mercados e pela preservação dos existentes. Daí porque a fase histórica definida por Marx como sendo de "acumulação primitiva" é, para Rosa Luxemburgo, apenas o retrato, delimitado num determinado período de tempo, do processo normal de acumulação. Do mesmo modo, a fase imperialista não é uma decorrência da luta capitalista por novos mercados numa época específica em que o capitalismo, atingindo sua maturidade, começa a encontrar problemas para realizar internamente sua mais-valia — porque esta luta vem desde as origens do capitalismo, é comum a todas as fases do processo de acumulação.

Neste sentido, a fase imperialista não é uma característica própria das economias capitalistas maduras. Ou seja, o imperialismo não se define como última fase (cronologicamente falando) do capitalismo a partir das características assumidas pelas economias capitalistas maduras nesta fase. O imperialismo passa a

ser definido a partir da situação dos mercados externos. Enquanto havia mercados externos abundantes onde realizar sua mais-valia, o capitalismo não se caracterizava como imperialista. Somente quando estes mercados começam a escassear, quando as velhas potências começam a lutar entre si pelo que resta deles, quando deles surgem novos países capitalistas que agravam a luta competitiva, somente então aparece a fase imperialista.

Portanto, a concepção de imperialismo apresentada por Rosa Luxemburgo no livro Acumulação de Capital difere consideravelmente das concepções formuladas por outros autores, como J. A. Hobson (1902), R. Hilferding (1910), V. I. Lênin (1917), os quais definem o imperialismo a partir das características internas das economias capitalistas maduras. Para Lênin, por exemplo, a passagem do capitalismo para sua fase imperialista se dá pela substituição do capitalismo concorrencial pelo capitalismo monopolista: "Se fosse necessário dar a definição mais breve possível do imperialismo, diríamos que este é o estágio monopolista do capitalismo." (10)

4. OS ERROS NA TEORIA DE ROSA LUXEMBURGO

a. Os Erros na Formulação do Problema

Depois de apresentar um resumo da teoria da acumulação de Rosa Luxemburgo, cabe-nos fazer algumas observações críticas acerca de suas concepções. Começemos pelo modo como ela coloca o problema. E aqui o ponto fundamental está no papel por ela atribuído aos "mercados externos" (ou "terceiras pessoas") no processo capitalista de acumulação. Por que, de acordo com ela, os "mercados externos" são não simplesmente importantes mas imprescindíveis no

(10) V. I. Lenin, Imperialism, the Highest Stage of Capitalism (Moscou, Foreign Language Publishing House, s.d.), cap. 7, p. 150.

processo de acumulação? Como explicar esta proposição?

Parece-nos que Kalecki dá a resposta exata a esta pergunta. Como observa ele, Rosa Luxemburgo raciocina como se os capitalistas se comportassem como uma classe integrada ao tomarem suas decisões de acumular capital:

Ao considerar a tomada de decisões de investimento por parte dos capitalistas, ela [Rosa Luxemburgo] de algum modo supõe que estas decisões são tomadas pela classe capitalista como um todo. E esta classe se frustra pelo reconhecimento de que não há um mercado final para o excedente de bens correspondente à acumulação; portanto, por que investir?

Os capitalistas fazem muitas coisas como classe, mas certamente eles não investem como classe. Se este fosse o caso, eles poderiam fazê-lo exatamente do modo prescrito por Tugan-Baranovski. (11)

Ou seja, se os capitalistas se comportassem integradamente ao tomarem suas decisões de investimento, eles procurariam acumular capital tanto quanto fosse necessário para absorver a parte não consumida da mais-valia, e deste modo a produção total continuaria a crescer ininterruptamente, sem problemas — de acordo com os exemplos numéricos do esquema de reprodução ampliada apresentados por Marx e de acordo com a teoria de Tugan-Baranovski baseada neste esquema. Mas é exatamente porque os capitalistas não se comportam assim que o processo de crescimento econômico é periodicamente interrompido por crises ou então, mais modernamente, os capitalistas se vêem obrigados a recorrer a medidas compensatórias, como, por exemplo, os crescentes gastos governamentais.

No sistema teórico de Marx, com apenas duas classes sociais (trabalhadores e capitalistas), não há necessidade de incluir "terceiras pessoas" para que a mais-valia seja realizada: ela se realiza diretamente dentro da classe capitalista, pela venda de bens de consumo e de adicionais meios de produção, isto é, pelo consumo dos capitalistas e pela acumulação de capital. É isto

(11) Michal Kalecki, "O Problema da Demanda Efetiva em Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo", em Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas (São Paulo, Editora Hucitec, 1977), p. 15.

que Rosa Luxemburgo não aceita: que os capitalistas acumulem, capitalizem uma parte da mais-valia total, vendendo apenas uns para os outros.

Ao raciocinar assim, ela deixa, inclusive, de levar em conta a advertência feita por Marx, em diversos momentos de sua obra (seja no Capital ou nas Teorias da Mais-Valia), de que, em certos casos, os capitalistas nem mesmo precisam realizar sua mais-valia para poderem acumular. Este é o caso, por exemplo, do capitalista que produz máquinas: ele pode ampliar seu capital fixo instalando em sua empresa máquinas aí mesmo produzidas. Estendendo esta situação para a classe capitalista como um todo, Marx conclui também que, para acumular, basta que uns capitalistas vendam meios de produção para os outros. Não há, portanto, necessidade das "terceiras pessoas": os capitalistas, ao acumular capital, ao comprar uns dos outros novos meios de produção para ampliar seu capital constante, estão automaticamente realizando uma parcela da mais-valia total.

Mas por que os capitalistas acumulam? Rosa Luxemburgo não aceita que eles possam "acumular por acumular". Nisto ela tem razão. Como regra geral, nenhum capitalista acumula por acumular; ao acumular capital, um capitalista pretende produzir mais, vender mais, e ampliar sua massa de lucro. Acontece, entretanto - e isto Rosa Luxemburgo não percebe claramente -, que, para vender mais e aumentar seu lucro, um capitalista não precisa vender suas mercadorias para "terceiras pessoas"; ele pode conseguir seu objetivo vendendo suas mercadorias para outros capitalistas. Ou, colocando a questão em termos globais, os capitalistas podem realizar um volume crescente de mais-valia vendendo entre si suas mercadorias e, deste modo, eles mesmos criam uma demanda crescente para seus produtos e estimulam a acumulação de capital. Ou seja, não há necessidade lógica das "terceiras pessoas"; o papel destas "pessoas" no processo de acumulação é desempenhado pura e simplesmente pelo dinheiro. Para fazer a intermediação entre a realiza-

, ção da mais-valia e sua capitalização, Rosa Luxemburgo recorre a estas "terceiras pessoas" (os "mercados externos"), o que é inteiramente dispensável, visto ser esta intermediação efetuada pelo dinheiro -- dinheiro este proveniente dos próprios capitalistas. É evidente que a autora não entendeu as explicações de Marx a respeito do papel do dinheiro no processo de reprodução ampliada.

Cabe novamente acentuar aqui que a confusão de Rosa Luxemburgo está fundamentalmente no fato de ela considerar a classe capitalista como um bloco dentro do processo de acumulação. Neste caso, os capitalistas, como um todo, só continuariam a acumular capital se pudessem vender para outras pessoas um volume crescente de suas mercadorias; entre estas outras pessoas não se pode incluir a classe dos trabalhadores (porque não é o aumento do montante total de salários que provoca a ampliação da produção, mas sim o contrário, isto é, o montante de salários cresce com a ampliação da produção e, conseqüentemente, com o aumento do emprego de força de trabalho); logo, é preciso existir um terceiro bloco (além do bloco dos capitalistas e do bloco dos trabalhadores), uma categoria de "terceiras pessoas" -- que são os "mercados externos" de Rosa Luxemburgo --, para absorver a crescente produção capitalista.

Para avaliar corretamente a contribuição de Rosa Luxemburgo para a teoria da acumulação de capital, é preciso distinguir entre o significado lógico e o significado histórico-concreto de suas concepções. Num certo trecho de seu livro, a própria autora sugere a separação desses dois significados. Ela escreve:

Quaisquer que sejam os aspectos teóricos, a acumulação de capital, como um processo histórico, depende em todos os pontos das camadas sociais e formas de organização social não capitalistas. /Accumulation, cap. 26, p. 366./

Do ponto de vista lógico, tomando-se por base a teoria marxista da acumulação, Rosa Luxemburgo se encontra inteiramente equivocada. No nível de abstração da análise marxista do processo de

da acumulação, na qual toda a sociedade capitalista é dividida em apenas duas classes (trabalhadores e capitalistas) e excluem-se as atividades governamentais e de comércio exterior, as "terceiras pessoas" ou "mercados externos" de Rosa Luxemburgo simplesmente não existem — isto é, estão, por definição, eliminados do sistema —, e todo o processo de acumulação se desenvolve com base apenas aquelas duas classes. A existência de obstáculos e contradições no processo de acumulação (que se expressam mais acentuadamente durante as crises econômicas) não nega a validade lógica da teoria formulada por Marx; pelo contrário, o próprio Marx acentuou o caráter contraditório do processo capitalista de acumulação; assim, para explicar este processo, apesar de seu caráter contraditório, não é necessário introduzir outros elementos como os "mercados externos".

Neste sentido, pode-se dizer que Rosa Luxemburgo em nada contribuiu para aprimorar ou aprofundar a teoria marxista da acumulação; poderíamos até mesmo afirmar que, pelo contrário, ela tornou ainda mais confuso um problema que por si só não é simples nem óbvio. Mas mesmo aqui — ou seja, levando em consideração exclusivamente o significado^{de} lógico da obra de Rosa Luxemburgo —, não se pode encará-la como inteiramente desprovida de sentido ou de importância. Isto porque sua obra contribuiu para colocar em primeiro plano a questão da demanda efetiva no processo de acumulação. Mas não se trata — como pretendem alguns analistas de sua obra — de uma simples visão "subconsumista" da acumulação, pela pura e simples razão de que ela não colocava a questão em termos de uma deficiência de demanda por bens de consumo, mas sim de uma deficiência de demanda em geral. E ao colocar em primeiro plano a questão da demanda efetiva, ela estava dando um novo alento a um aspecto frequentemente esquecido da teoria da acumulação de Marx — que é o problema da realização da produção — e antecipando o que posteriormente viria a ser um dos temas centrais da teoria

econômica. Infelizmente, porém, muitos poucos foram os economistas que conseguiram distinguir na obra de Rosa Luxemburgo o que ela tinha de bom para oferecer.

Do ponto de vista histórico-concreto, a questão que se coloca é a seguinte: independentemente de os "mercados externos" serem ou não serem logicamente necessários à teoria da acumulação, são eles de fato importantes — ao longo do desenvolvimento do capitalismo — para a realização da mais-valia?

Encarando o livro de Rosa Luxemburgo por este ponto de vista, sua principal conclusão (a de que os mercados externos efetivamente têm sido essenciais para a realização da mais-valia, em todas as fases históricas do capitalismo) é também um grande equívoco. Como procuraremos mostrar mais adiante, o papel dos mercados externos na realização da mais-valia tem sido muito menos importante do que pensava a autora, porque o que conta não é o valor total das vendas (exportações) para estes mercados, mas sim o saldo das vendas com relação às compras (isto é, exportações menos importações), e a magnitude deste saldo não tem sido tão importante assim para que se possa atribuir aos mercados externos um papel de destaque na realização da mais-valia ao longo do desenvolvimento capitalista.

Apesar disto, seu livro tem dois grandes méritos. Primeiro, o de ressaltar as relações entre o mundo capitalista e o mundo "pré-capitalista" no processo de acumulação. O funcionamento real, concreto, das economias implica a existência não apenas de trabalhadores e capitalistas, mas também de comércio exterior e atividades governamentais. Ao destacar o papel das economias "pré-capitalistas", dos empréstimos internacionais, do militarismo, no mecanismo de acumulação das economias capitalistas, Rosa Luxemburgo estava contribuindo para aprofundar a análise histórica da acumulação — a despeito do erro de interpretação de que falamos acima.

O segundo grande mérito do livro é o de apresentar uma genial antecipação do comportamento das atuais economias capitalistas

desenvolvidas, para as quais os "mercados externos" assumem uma importância cada vez maior no processo de acumulação (mais exatamente, na realização da mais-valia), especialmente o "mercado externo" constituído pelas despesas governamentais improdutivas, com destaque para as despesas militares.

Concluindo, é interessante observar o seguinte: embora Rosa Luxemburgo possa, sem dúvida, ser incluída entre os mais destacados teóricos marxistas, sua versão da teoria da acumulação de capital, em vez de acentuar a contradição do processo capitalista de reprodução (a contradição entre a criação e a realização da mais-valia), constitui, paradoxalmente, uma tentativa de eliminar esta contradição. Talvez isto decorra do próprio objeto específico de estudo por ela proposto em seu livro: analisar o processo de acumulação capitalista como uma tendência de longo prazo, sem levar em conta as oscilações cíclicas e as crises deste processo. (12)

Ou seja, Rosa Luxemburgo — preocupada em explicar o processo de acumulação como tendência (no sentido estatístico da palavra), desprovido de flutuações cíclicas, as quais decorrem das próprias contradições do processo — acaba por eliminar da teoria marxista da reprodução e da acumulação um de seus elementos fundamentais: a contradição entre a criação e a realização da mais-valia, contradição esta que se exprime no fato, assinalado por Marx, de a oferta de mercadorias, por parte dos capitalistas, ser naturalmente maior do que sua demanda. Rosa Luxemburgo elimina esta con-

(12) Como propunha Rosa Luxemburgo: "É muito importante, todavia, estabelecer firmemente e desde logo que este movimento cíclico da expansão, da depressão e das crises não representa todo o problema da reprodução capitalista, embora seja um elemento essencial dela. Os ciclos periódicos e as crises são fases específicas da reprodução num sistema capitalista. Mas a fim de demonstrar as puras implicações da reprodução capitalista, antes devemos considerá-la inteiramente separada dos ciclos e das crises." (Accumulation, cap. 1, p. 35.)

, tradição, cobre a insuficiência de demanda em relação à oferta, ao introduzir no processo seus "mercados externos". Assim fazendo, ela está adotando, na teoria, o mesmo procedimento que os Estados capitalistas "keynesianos" viriam depois a empregar, na prática, para compensar a insuficiência da demanda.

b. Os Erros na Solução do Problema

Embora Rosa Luxemburgo formule erradamente o problema da acumulação -- ao sustentar a necessidade de mercados externos --, suponhamos, para podermos argumentar, que ela esteja certa. Ou então, se não quisermos raciocinar assim, suponhamos -- o que não deixa de ser verdade -- um sistema capitalista de produção cercado por um mundo pré-capitalista (por exemplo, as colônias e os países subdesenvolvidos) e contendo, dentro do próprio sistema, um setor não capitalista, constituído pelas atividades administrativas do Estado. Em outras palavras, isto corresponde simplesmente a supor uma economia capitalista qualquer com relações externas e com o setor Governo. E, para simplificar, podemos denominar de "mercados externos" ao mundo pré-capitalista (ou, simplesmente, o resto do mundo) e às atividades do Estado (o setor Governo).

Rosa Luxemburgo trata os mercados externos como compradores de mercadorias dos países capitalistas e, deste modo, eles servem para realizar a mais-valia criada nestes últimos. Embora às vezes refira-se também às vendas de produtos dos mercados externos para as economias capitalistas, ela encara estas vendas apenas em termos de fornecimento de elementos materiais (sejam meios de produção ou bens de consumo) necessários ao processo de reprodução nestas economias. Em outras palavras, ela não relaciona estas vendas com o problema da realização nas economias capitalistas. No que se refere a este problema, a autora vê apenas uma direção no fluxo geral de mercadorias entre as economias capitalistas e seus mercados externos, ou seja, vê somente a exportação de produtos das primeiras para os segundos, deixando a importação

inteiramente de lado. Este é um grave defeito em sua obra; na verdade, é o principal erro cometido pela autora ao analisar o papel dos mercados externos no processo de realização da mais-valia criada nas economias capitalistas.

Quando um país exporta mercadorias para outro país, ele está realizando, no exterior, uma parte de sua produção interna, que corresponde também a uma parcela da mais-valia criada (a outra parcela é realizada internamente, pela venda de bens de consumo e de adicionais meios de produção aos próprios capitalistas). Quando um país importa mercadorias, temos uma situação inversa; isto significa que este país está utilizando uma parte de seu poder de compra, criado internamente, para a aquisição de produtos do exterior; ou seja, o valor total da importação é igual ao valor que o país importador deixa de realizar de sua própria produção, de sua própria mais-valia. Assim, considerando as duas direções do fluxo total de comércio exterior, um país só realiza externamente uma parte de sua mais-valia se o valor total de suas exportações for superior ao valor total de suas importações; em suma, se houver um saldo de exportação.

Colocando o problema deste modo, que é o modo correto, os "mercados externos" de Rosa Luxemburgo passam a ter -- para a realização da mais-valia criada nas economias capitalistas -- uma importância muito menor do que a atribuída pela autora. Para terem grande importância, para constituírem a genuína solução ao problema da realização, os mercados externos deveriam adquirir das economias capitalistas um montante (em valor) de mercadorias muito maior do que o montante vendido a estas economias. Historicamente, contudo, isto não se comprova: ao longo do tempo, o valor das exportações das economias capitalistas mais ou menos se equilibra com o valor de suas importações. No caso da Inglaterra a situação se apresenta até mesmo ao contrário: do início do século XIX ao princípio do século XX -- portanto, num período em

que a Inglaterra era a principal potência capitalista do mundo —, seu balanço comercial sempre foi grandemente deficitário. Se, em todo este período, o total de seu balanço de pagamentos sempre apresenta saldo, isto se deve fundamentalmente ao recebimento de lucros e juros de seus empreendimentos no exterior, e não à exportação de mercadorias. (13) A Inglaterra é um exemplo adequado não somente por ter sido a principal potência capitalista, mas também porque, no referido período, seu comércio com as regiões pré-capitalistas era de considerável importância.

Na análise dos mercados externos feita por Rosa Luxemburgo, deve-se ressaltar, como extremamente interessantes, as partes relativas aos empréstimos internacionais e ao militarismo. Mas, mesmo aí, alguns reparos precisam ser feitos.

A autora tem toda razão em apontar os empréstimos internacionais como um importante mecanismo de realização da mais-valia no exterior. Concedendo empréstimos, e vinculando a eles a obrigatoriedade de compra de suas próprias mercadorias, as potências capitalistas ampliam consideravelmente suas vendas para o exterior. A autora faz uma excelente análise deste mecanismo, mas não tira daí todas as devidas conclusões.

A principal conclusão seria a de que, para o problema da realização da mais-valia, o importante elemento dos empréstimos externos (assim como de qualquer outra forma de exportação de capital) é a venda de produtos ligada a estes empréstimos. Mas Rosa Luxemburgo desvia a atenção para outros aspectos: o caráter espoliativo dos empréstimos, o endividamento constante das economias

(13) Ver Phyllis Deane e W.A. Cole, British Economic Growth: 1688-1959 (segunda edição, Londres, Cambridge University Press, 1969), quadro 11, p. 36. Tomando em consideração o período total de 1688 a 1959, estes autores escrevem: "Parece que um balanço comercial negativo tem sido uma característica do comércio exterior britânico por mais de dois séculos e meio" (p. 34).

pré-capitalistas, as classes da população sobre as quais recai o pagamento dos empréstimos. E, assim fazendo, ela deixa de considerar que o pagamento deles implica, para os países devedores, a necessidade de aumentar suas exportações, para obter recursos com que pagá-los. Na medida em que estas exportações são feitas para os países credores, isto tem um efeito adverso sobre a realização da mais-valia nestes países. Ou seja, considerando apenas dois tipos de economia (a capitalista e a não capitalista) e supondo que (a) somente as economias capitalistas fazem empréstimos às não capitalistas, (b) todo empréstimo é vinculado à venda de mercadorias para as economias devedoras, e (c) todo pagamento do empréstimo (principal mais juros) implica a exportação de produtos das economias devedoras para as credoras, temos, então, o seguinte resultado: a concessão de empréstimos internacionais ajuda à realização da mais-valia, enquanto seu retorno (pagamento) agrava o problema da realização. Assim sendo, para que a política de empréstimos internacionais seja um instrumento da realização da mais-valia ao longo do tempo, é necessário que o fluxo de empréstimos seja maior do que o fluxo de seus retornos, ou, em termos mais amplos, é preciso haver uma exportação líquida de capitais.

Portanto, deve-se ressaltar que -- quanto ao problema da realização -- o importante para o capitalismo é a exportação de capital (seja como empréstimo ou como investimento), e não a obtenção de retornos (seja como amortização, juro, ou lucro). Acontece, todavia, que para cada capitalista aplicador de capital no exterior ou em qualquer outro lugar, é fundamental o recebimento de retornos, que constituem seus lucros -- e esta é a mais essencial regra do jogo capitalista. Há, assim, no caso dos empréstimos externos, uma contradição entre a necessidade de realização da mais-valia e o desejo (ou princípio básico do capitalismo) de obtenção de lucros. Mas esta contradição pode ser resolvida na medida em que, ao longo do tempo, a exportação de capital cresce mais rapidamente

do que seu retorno, ou seja, na medida em que, em cada período de tempo, há uma exportação líquida de capital.

Na análise do papel do militarismo na realização da mais-valia, há dois pontos básicos a serem corrigidos. O primeiro, já mencionado anteriormente, refere-se ao fato de Rosa Luxemburgo ater-se aos gastos materiais do Estado com o militarismo. Talvez a autora se tenha restringido a examinar este tipo de gasto estatal por ser ele um exemplo mais clamoroso da irracionalidade do sistema capitalista, o qual, para manter o processo de acumulação, recorre até mesmo à produção de meios de destruição. Mas, na verdade, qualquer tipo de gasto governamental - desde que improdutivo - pode exercer o papel atribuído pela autora ao militarismo. Isto porque toda a atividade governamental, improdutiva, corresponde a uma espécie de "mercado externo".

O segundo ponto concerne à forma de financiamento do militarismo, ou do gasto total do Governo. Ao examinar o caso de o militarismo ser financiado pelos trabalhadores, através dos impostos incidentes sobre os salários, Rosa Luxemburgo faz uma complicada argumentação para dizer o seguinte: os impostos correspondem a uma diminuição dos salários reais (representemos por D ao montante da diminuição de salários); se houvesse apenas um corte de salários, os capitalistas obteriam um aumento potencial de lucros, os quais, contudo, não seriam necessariamente realizados, convertidos em lucros reais; para que isto ocorresse, seria preciso que ao aumento potencial de seus lucros correspondesse um igual aumento de venda de seus produtos; como o Estado usa os impostos - num montante D igual à diminuição dos salários - para comprar armamentos produzidos pelos capitalistas, então a redução D de salários tem, como contrapartida, um aumento real D nos lucros, os quais são realizados com a venda de armas. A autora conclui daí que as despesas governamentais com armamentos constituem uma demanda adicional, "uma nova e atraente esfera para a realização da mais-

,-valia" -- enfim, um novo tipo de "mercado externo".

Na verdade, porém, o financiamento do militarismo por meio de impostos sobre salários dá apenas os seguintes resultados: uma diminuição no consumo dos trabalhadores e uma transferência de lucros dos capitalistas do setor produtor de bens de consumo para os capitalistas do setor produtor de armamentos. É exatamente como se os trabalhadores passassem a dividir seus salários em duas partes: uma para consumo e a outra para a compra de armamentos; ao comprarem armas, eles estão realizando os lucros do setor que as produz, mas, ao mesmo tempo, estão deixando de comprar bens de consumo e, com isto, estão reduzindo os lucros do setor produtor destes bens. Assim, os lucros totais não aumentam, havendo apenas uma transferência de lucros deste último setor para o de armamentos. (14) Para que os impostos sobre os salários pudessem efetivamente elevar a demanda total (e o lucro total) da economia, seria preciso que: (a) os trabalhadores usualmente poupassem uma parte de seus salários, de modo que nem todo o montante de salários estivesse servindo para a compra de bens de consumo, e (b) os impostos retirassem dos trabalhadores esta parte poupada dos salários; neste caso, a poupança dos trabalhadores seria convertida em despesas do Estado e, assim, haveria um acréscimo da demanda total.

Quando Rosa Luxemburgo supõe, alternativamente, que os impostos incidentes sobre os camponeses podem também servir para financiar o militarismo e, portanto, ampliar a esfera de realização da mais-valia, ela está novamente cometendo um erro. Para pagar os impostos, os camponeses necessitam de recursos e, para obtê-los, vendem seus produtos ao setor capitalista da economia (isto é, aos

(14) Vale a pena notar que Rosa Luxemburgo estava ciente deste argumento. Ela chega a escrever: "Os opositores do militarismo freqüentemente apelam para este ponto de vista para mostrar que a produção de armas como um investimento para o capital meramente põe no bolso de um capitalista o lucro tirado do bolso de outro." (Accumulation, cap. 32, p. 459-460.) Mas ela não dá muita atenção a este argumento.

capitalistas e aos operários); esta situação se enquadra naquela — anteriormente descrita — em que os "mercados externos" exportam produtos para as economias capitalistas e, desde modo, captam uma parte do mercado interno destas economias. Portanto, para os capitalistas, se a produção de armas corresponde a uma ampliação do mercado externo (vendas para o Governo), a compra de produtos dos camponeses, em contrapartida, constitui uma redução do mercado interno.

Como estamos vendo, Rosa Luxemburgo não encontrou uma solução correta para o problema de como financiar o militarismo (ou as despesas governamentais em geral) no sentido de ampliar a demanda para a produção capitalista, ampliar o mercado para a realização da mais-valia, ampliar a esfera da acumulação de capital. A solução correta para o problema foi dada por Michal Kalecki: o financiamento deve ser feito com os próprios lucros dos capitalistas, através de créditos concedidos ao Governo ou por meio de impostos sobre os lucros. A este assunto voltaremos depois.